



Jornal da CREDN

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

Brasília-DF, Junho de 2015 - Câmara dos Deputados

Defesa e soberania são destaque em Feira Aeroespacial na França

EM SUA 51ª EDIÇÃO, A FEIRA AEROSPAICIAL DE LE BOURGET, NA FRANÇA, REALIZADA A CADA DOIS ANOS, É A MAIOR DO MUNDO NO GÊNERO E REUNIU MAIS DE DUAS MIL EMPRESAS EXPOSITORAS, ORIUNDAS DE 45 PAÍSES

Integrantes da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional participaram, entre os dias 15 e 19 de junho, da Feira Aeroespacial de Le Bourget na França. A missão oficial contou com a presença da presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Jô Moraes (PCdoB/MG) e dos deputados Carlos Zaratini (PT/SP), Cláudio Cajado (DEM/BA), Heráclito Fortes (PSB/PI), Waldir Maranhão (PP/MA), Marcelo Castro (PMDB/PI). Também participou da missão a assessora especial do Ministério da Defesa, Perpétua Almeida.

A deputada Jô Moraes ressalta que os desafios da defesa, da soberania nacional e da luta por um mundo em equilíbrio de forças, multipolar, impõe a cada nação uma política de defesa que tem como objetivo, sobretudo no caso do Brasil, construir uma estratégia de dissuasão ao fortalecermos nossa estrutura de defesa, “não existe cenário econômico adverso para o conhecimento, para o desenvolvimento tecnológico de ponta, para a cooperação e as parcerias estratégicas”.



A convite do governo Francês, a missão oficial da CREDN participou da Feira Aeroespacial de Le Bourget

Para ela, isto requer – como tarefa fundamental para a Comissão, que inclui a defesa nacional – dois grandes desafios, o primeiro dos quais é ter uma clara estratégia de defesa, que passe pela consolidação dos proje-



Delegação brasileira visita fábrica francesa Thales Alenia Space, que está produzindo satélite em parceria com o Brasil

tos estratégicos das forças armadas, que são o projeto de defesa cibernética e os programas aeroespacial e do submarino nuclear. Paralelamente será necessário dar, a exemplo do que já ocorre em outros países, prioridade máxima às políticas nacionais de inteligência, garantindo a estrutura do sistema nacional de inteligência com recursos que incluem a realização de concursos para a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e a cooperação com os serviços de inteligência internacionais.

Vocação brasileira

A assessora especial do Ministério da Defesa, Perpétua Almeida, fez questão de destacar a natural vocação espacial brasileira: “Com mais de 8,5 milhões de km² de extensão territorial, deve cuidar, ao todo, de 13 milhões de km², incluídos os 4,5 milhões de km² de território marítimo. É um patrimônio rico em recursos naturais de toda ordem, que precisa ser conhecido, estudado, controlado, administrado, explorado e vigiado da melhor forma possível. A ciência e a tecnologia espaciais são vitais para isso.”

ANTÔNIO AUGUSTO (CD)



Jô Moraes e Mangabeira Unger discutem inteligência e defesa

A presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Jô Moraes (PCdoB/MG), reuniu-se com o ministro Mangabeira Unger, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Em pauta, temas relacionados ao desenvolvimento, à defesa nacional e a política nacional de inteligência.

Mangabeira Unger ressaltou a necessidade de que o país pense uma nova estratégia de desenvolvimento pós-ajuste fiscal. Para ele existem três questões a serem destacadas: a primeira é a qualificação do ensino básico; a segunda é a democratização da atividade produtiva e o terceiro aspecto está na regionalização do desenvolvimento.

O ministro fez questão de destacar que a política de

defesa ainda não é conhecida nem compreendida no país e que este debate será reforçado quando da revisão da estratégia de defesa, prevista para ser feita este ano, pela legislação que a orienta.

Jô Moraes concordou com a necessidade de se discutir com a sociedade o tema: “Nós temos um braço concreto para fazer este vínculo entre defesa e sociedade, que é a indústria da defesa. No meu entender

a agenda após ajuste tem que ter foco. A meu ver ele está na reindustrialização do país, feita com base nos setores que desenvolvem inovação tecnológica, que agregam valor. Hoje na realidade industrial do país, a defesa é o setor que agrega valor”, concluiu.

No que diz respeito à política de inteligência, Mangabeira destacou que falta debate sobre o tema no Brasil, afirmando que, “neste campo, é quase

nula a nossa atuação”. Do seu ponto de vista, a discussão deveria focar na legislação sobre a inteligência e incluir também a contra-inteligência. Por sua vez, Jô Moraes reiterou sua convicção na urgência da assinatura – por parte da presidente Dilma – do documento que regulamenta a política nacional de inteligência, já apreciado pelo Congresso e que se encontra parado no Executivo há mais de quatro anos.

Integrar sistemas no Mercosul é solução para a defesa

Desenvolver um projeto mais abrangente para a defesa de fronteiras. Esta foi a sugestão da presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Jô Moraes, durante encontro com o ministro da Defesa do Equador, Fernando Cordero Cueva, realizado no dia 9 de junho, em Brasília.

O ministro equatoriano propôs uma cooperação e a criação de uma agenda comum para os projetos de defesa entre os dois países, afirmando ainda que “sem



Jô Moraes, entre o ministro da Defesa do Equador, Fernando Cordero Cuevas (E) e Arlindo Chinaglia (direita).

enfrentar o narcotráfico e outras ameaças de forma integrada não obteremos sucesso nas ações”, destacando que

“há uma inteligência comum aos países do Mercosul”.

Temas como a Escola Sul Americana de Defesa e

a reunião dos parlamentares do Mercosul também foram comentados. Cordero Cueva lembrou que ambos “são espaços importantes de integração”, e citou ainda o Plano Condor, que promove a integração de todos os sistemas de segurança e defesa da América Latina”, concluiu.

Para o deputado Arlindo Chinaglia (PT/SP), que participou da reunião, a discussão é “um trabalho essencialmente da diplomacia e da política”.

Direitos dos brasileiros no exterior são debatidos com ministros do Itamaraty e do TSE

Como melhorar o acesso ao voto aos brasileiros que residem em outros países em tempo de eleições? As remessas financeiras feitas por estas pessoas para o Brasil poderiam ser simplificadas? E as questões de gênero que surgem durante as migrações? Como combater a violência doméstica e familiar de brasileiras que casam com estrangeiros e passam a viver em países dos quais, não poucas vezes, não dominam a língua ou os costumes?

O subsecretário-geral das Comunidades Brasileiras, Carlos Alberto Magalhães explicou a dificuldade de se levar as eleições aos brasileiros residentes no exterior devido ao fato destas ocorrerem em



O ministro Henrique Neves (E) destacou os problemas relacionados a não votação, como o cancelamento do título eleitoral e o consequente impedimento de tirar passaporte

locais onde há a representação diplomática brasileira – capitais e principais cidades – e não onde se encontram os grupos brasileiros de imigrantes.

A ministra Luíza Lopes, por sua vez, explicou a im-

portância dos Conselhos de Cidadãos e de Cidadania e abordou as demandas migratórias existentes na atualidade, como o tempo vivido fora e a contribuição previdenciária, conflitos fami-

liares e questões de gênero e que são agravados pelo desconhecimento das leis – e muitas vezes da língua – do país para onde se imigrou, além da falta de acesso à saúde e outros direitos no caso de imigrantes indocumentados.

A deputada Jô Moraes, externou sua preocupação com os desafios enfrentados pelos brasileiros no exterior, explicando que “neste momento, o que mais precisaríamos era fortalecer a participação dos brasileiros no exterior”.

O deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG) criticou o contingenciamento de recursos existente atualmente, que afeta o Itamaraty em suas ações de atendimento aos brasileiros no exterior.

Audiência debate cooperação tributária Brasil - EUA

Em audiência pública conjunta, de autoria dos deputados Vicente Candido (PT/SP) e Manoel Júnior (PMDB/PB), as Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional e de Finanças e Tributação debateram o texto do acordo entre o Brasil e os Estados Unidos para a melhoria da observância tributária internacional e a implementação da Lei de Conformidade Fiscal de Contas Estrangeiras – FATCA.

Criada a partir da crise financeira de 2008 com a finalidade de evitar a evasão fiscal nos Estados Unidos, a FATCA traz regras do governo americano para as transações feitas pelas contas bancárias de cidadãos estadunidenses fora do país.

Realizado no dia 11, o encontro, ressaltou a importância do documento para a manutenção da



O Brasil foi considerado um país em conformidade para a participação na FATCA

transparência nas contas bancárias dos países participantes, além de coibir transações comerciais que financiem ações terroristas e favoreçam a corrupção. O Brasil é, atualmente, um dos membros avaliadores dos países que pretendem se integrar ao sistema. Bancos de todo o mundo devem solicitar à Receita Federal dos Estados Unidos o número de identificação de intermediário global (GIIN – Global

Intermediary Identification Number), para participar.

A presidente da CREDN, deputada Jô Moraes, explicou que “é muito importante este controle que oferece garantia aos contribuintes dessas instituições”, e revelou que a matéria foi amplamente discutida com setores brasileiros interessados: “Houve uma extensa audiência pública sobre o tema, com a presença dos representantes das instituições financeiras do

Brasil, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), da Receita Federal, onde foi esclarecida, inclusive, a exigência da reciprocidade e de que fossem respeitadas as legislações de cada país. Foi por isso que a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprovou com tranquilidade esse projeto de decreto legislativo”.

Participaram da mesa o diretor do Departamento de Assuntos Financeiros e Serviços do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Carlos Cozendey, o coordenador-geral de Relações Internacionais da Receita Federal do Brasil, Flávio Araújo, o vice-presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNF), José Ricardo Alves e o gerente-executivo de Comércio Exterior da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Diego Bonomo.

Deputados ressaltam os 107 anos da chegada dos primeiros imigrantes japoneses

A COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL TAMBÉM LEMBROU OS 120 ANOS DA FORMALIZAÇÃO DO TRATADO DE AMIZADE JAPÃO-BRASIL

Agência Câmara

Em homenagem ao dia da imigração japonesa, celebrado anualmente no dia 18 de junho, a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional promoveu audiência pública para comemorar os 107 anos da chegada dos primeiros imigrantes japoneses ao País e também os 120 anos da formalização do Tratado de Amizade Japão-Brasil.

Segundo dados do Portal Brasil, o Brasil tem a maior comunidade nipônica fora do Japão. São mais de um milhão e meio de japoneses que trocaram o país asiático pelo sul-americano. O Japão, por sua vez, acolhe a terceira maior comunidade de brasileiros no exterior, com mais

Colaboração

O embaixador do Japão no Brasil, Kunio Umeda, também esteve presente na audiência pública e disse que seu país quer continuar colaborando com o desenvolvimento brasileiro, dando especial atenção à área de recursos humanos.

Ele afirmou que o País quer elevar o número de estudantes brasileiros no Japão, através do programa Ciências Sem Fronteiras e do programa de bolsas do governo japonês.



ANTÔNIO AUGUSTO (CD)

Dia Nacional do Imigrante Japonês é comemorado em audiência pública da CREDN

de 175 mil imigrantes.

Brasil e Japão são fortes parceiros comerciais, com forte equilíbrio financeiro nas exportações e importações de cada um. A característica

marcante dessa relação é que o Brasil exporta matéria prima, enquanto o Japão exporta, entre outras coisas, máquinas e automóveis, o que agrega mais valor ao produto japonês.

Contradição

Para o cônsul honorário do Japão em Belo Horizonte (MG), Wilson Nélio Brumer, a situação brasileira representa uma imensa contradição de como um país deveria se comportar em relação a sua indústria.

“Que tipo de país queremos ser? Eu sempre me questiono, e aqui está falando uma pessoa do ramo empresarial. Precisamos urgentemente, de forma pragmática, mudar o perfil econômico do Brasil”, observou Brumer.

“Nada contra ser competitivo na produção de matéria prima, inclusive, que bom que somos competitivos, mas é importante não nos esquecermos da necessidade de agregar valor a nossa economia”, acrescentou.

Complementar

Membro do grupo parlamentar Brasil-Japão, o deputado Walter Ihoshi (PSD-SP), destacou que as economias dos dois países se complementam, mas ressaltou que o Brasil tem muito a aprender com a cultura japonesa. “Nós temos um caminho grande pela frente porque, apesar dos povos brasileiro e japonês serem amigos mesmo com tantas diferenças culturais e do ponto de vista econômico, somos complementares”, afirmou.

“É claro que nós estamos exportando commodities, que são produtos de baixo valor agregado, mas hoje, se não fosse a tecnologia brasileira, nós não teríamos aviões da Embraer voando em território japonês”, destacou Ihoshi. “Temos um futuro grande pela frente e grandes desafios nos investimentos em inovação, ciência e tecnologia. Nossa participação, de deputados nipo-descendentes e dos deputados brasileiros será fundamental para o futuro e amizade dos dois povos”.

LUIS MACEDO/CD



A deputada Jô Moraes participou do programa Expressão Nacional, apresentado pela TV Câmara no dia 30/6, debatendo com outros três participantes sobre o combate ao terrorismo. Os dias e horários de reprise são:

Quarta-feira, 21:30h
Quinta-feira, 19h
Sexta-feira, 5h e 12h30
Domingo, 5h30 e 19h30

OU ASSISTA A QUALQUER MOMENTO PELA INTERNET NO LINK :

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/expressaonacional/491059-combate-ao-terrorismo.html>